



Anais da Assembléia

N° 68

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE JUNHO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 46.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 1990
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Cândido Bastos, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi, Rafael Greca e Vera Agibert (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ato:

ATO DO PRESIDENTE N° 04/90

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Título I, Capítulo IV, Seção I, Artigo 24, combinado com o inciso XIII, do Artigo 25 do Re-

gimento Interno,

D E C L A R A:

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete (07) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, com fundamento no disposto pelo § 3°, do artigo 62 da Constituição do Estado do Paraná, na sessão ordinária do dia 03 de maio do corrente ano, com objetivo de investigar, apurar e sanar possível ilegalidade na prática de jogos sob o patrocínio da Federação de Futebol, também denominados "BINGOES", devendo a mesma ser constituída por dois (02) Deputados do PMDB, e por um (01) Deputado do PSDB, PFL, PDT, PRN e PTB, respectivamente.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1561

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 231/90, que declara de utilidade pública o NESCO-Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, com sede e foro no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 309/90, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Olívio Zanella.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 318/90, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Francesco Serale.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1558

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 320/90, que

declara de utilidade pública a "Associação Comunidade Vida Nova", com sede e foro nesta capital.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 154/90, que concede Título de Cidadão Honorário ao Senhor Edson D'Ávila.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 155/90, que concede Título de Cidadã Honorária à Senhora Delcy Franco D'Ávila.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1555

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 183/90, que concede Título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora Nely Lídia Valente de Almeida.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação, para a proposição n° 90/90, veto aposto ao Projeto de Lei n° 304/90.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 1544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantés das Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 1540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na ORDEM DO DIA da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 334/90 que fica incluído no anexo II da Lei n° 9279 de 29 de maio de 1990, o trecho da BR-476 - SÃO CRISTÓVAO, solicitando para o mesmo Parecer da Comissão Geral da Assembléia, em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1537

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inclusão na Ordem do Dia e Parecer pela Comissão Geral da Assembléia, para o Projeto de Lei n° 279/90, de sua autoria, que cria o município de Campo Magro, com área desmembrada do município de Almirante Tamandaré, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1536

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inclusão na Ordem do Dia e Parecer pela Comissão Geral da Assembléia, para o Projeto de Lei n° 268/90, de sua autoria, que cria o município de Santa Felicidade, com área desmembrada do município de Almirante Tamandaré, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inclusão do Projeto de Lei sob n° 314/90 na Ordem do Dia de 11/06 (Segunda-Feira), transformando o Plenário em Comissão Geral para parecer.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 335/90 na Ordem do Dia da Sessão Plenária de 11 do corrente mês, com a transformação da Assembléia em Comissão Geral a fim de emitir o competente parecer.

Obs.: O Projeto de Lei em questão institui a "Semana do Vestuário do Paraná" a ser comemorada na cidade de Cianorte.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 1535

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, respeitosamente, a inclusão na Ordem do Dia e Parecer pela Comissão Geral da Assembléia, para o Projeto de Lei n° 271/90, de sua autoria, que cria o município de Umbará, com área desmembrada do município de Curitiba, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 30/90.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) NEREU MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 1571

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por tempo indeterminado, do Projeto de Lei n° 203/89, que denomina "Rodovia Telêmaco da Silva Quadros" trecho da Rodovia PR-535, nos municípios de Grandes Rios e Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 290/89, que fixa o prazo para entrega das parcelas aos municípios, da conta de participação do ICMS, conforme especifica. Requer 10 sessões.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1574

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta de votação, iniciando com a apreciação da Proposição n° 90/90, em discussão única na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 1563

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transformação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em Comissão Geral para apreciação do Projeto de Lei n° 332/90 e do Projeto de Resolução n° 65/90, que, respectivamente, cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de Prado Ferreira, desmembrado de Miraselva, e autoriza a realização de plebiscito naquela localidade para que a sua população se manifeste sobre a criação do Município.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO N° 1570

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Lei n° 298/90, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede no município de Mariluz, na sessão do dia 12 de junho às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 1569

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Lei n° 294/90, que institui o Programa Semear Transporte, na sessão do dia 12 de junho às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 1568

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, a constituição na Assembléia Legislativa em Comissão Geral, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Lei n° 296/90, que declara de utilidade pública a Guarda Mirim do município de Mariluz, na sessão plenária do dia 12 de junho às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 1567

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Lei n° 297/90, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade com sede no município de Mariluz, na sessão do dia 12 de junho às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO N° 1562

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Resolução n° 32/90, de nossa autoria, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de São Jorge D'Oeste, para que a população decida sobre a criação do município de Dr. Antônio Paranhos, desmembrado de São Jorge D'Oeste e divisas do atual distrito administrativo.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

REQUERIMENTO N° 1566

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, autorizada a imprimir, na Gráfica deste Poder, 200.000 (duzentos mil) exemplares do modelo anexo, incluindo o texto completo da Lei n° 9275, publicada no Diário Oficial do dia 28.05.90, cujos exemplares serão distribuídos nas Escolas do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A criança é a esperança, por isso precisamos nos preocupar no planejamento da sua formação cívica, e para isso nada mais propício do que a escola.

O Projeto de Lei aprovado por esta Casa e convertido em Lei n° 9275 publicada no Diário Oficial de 28 de maio de 1990, instituiu a obrigatoriedade da execução acompanhada de cântico, dos Hinos Nacional e do Paraná em todas as festividades cívicas ou esportivas. Com efeito desta medida que estamos propondo, temos certeza, logo seremos um exército de brasileiros patriotas, compatível com o gigantismo do nosso território, defendendo o respeito ao patrimônio público é o que esta grande nação merece.

REQUERIMENTO N° 1539

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da sessão de hoje, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao município de Matinhos, pela passagem do 23° aniversário, a realizar-se no dia 12 de junho vindouro.

Outrossim, requer que da decisão do Plenário, seja dada ciência aos Senhores Francisco Carlim dos Santos, Prefeito Municipal, Hamilton Bonatto, Presidente da Câmara Municipal, bem como a todos os Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população de Matinhos.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Matinhos, após 23 anos de Emancipação Política, cresceu nos moldes das cidades balneárias, com tendências progressistas e avançadas, conquistando logo, pelo trabalho dedicado de seu povo, importante espaço no cenário estadual, concorrendo inclusive, grandemente para o turismo paranaense.

Matinhos conquistou índice de progresso e desenvolvimento, marcados pela notabilidade, despontando assim importante unidade incorporada ao Paraná.

Que este nosso voto represente o agradecimento de toda a comunidade paranaense, pela dedicação e empenho do povo de Matinhos, contribuindo, ao longo de duas décadas, para o fortalecimento e engrandecimento de nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1573

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná aos Excelentíssimos Senhores Presidente da Câmara dos Deputados, Senado da República, Líderes partidários e representantes paranaenses no Congresso Nacional, encarecendo a atenção daqueles eminentes homens públicos para a defasagem

que se está operando nas aposentadorias requeridas a partir de outubro de 1988.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

O respeito da previdência social com nossos aposentados deve, realmente, ter sido sepultado. As aposentadorias que nunca foram grandes fortunas, agora, estão sendo defasadas cruelmente pelo INPS.

Os aposentados por tempo de serviço, a partir de outubro de 88, estão sofrendo uma defasagem de até 60% (sessenta por cento) em suas aposentadorias, devido à mudança do índice de correção estabelecido pelo governo, em função da nova Constituição.

Esta defasagem que tem gerado muitas dúvidas e insatisfações aos beneficiados, ocorre porque não há qualquer correção nos valores dos salários dos últimos 12 meses trabalhados, mas somente nos primeiros 24, gerando queda do valor da renda inicial, se comparada com os últimos salários recebidos em atividade.

Assim, as pessoas que entraram com pedido de aposentadoria antes de outubro de 88, ganhando, por exemplo, 10 salários-mínimos, estão recebendo integralmente esse valor. Enquanto isso, os que entraram com pedido após essa data, os quais deveriam ganhar também dez salários-mínimos, estão recebendo, hoje, a metade disso. A cada mês, vêm perdendo o equivalente a um salário.

Então, o que deveria ser uma conquista para os aposentados, tornou-se um grande prejuízo. E a previdência social, mais uma vez, esquivou-se do seu papel e ao invés de desenvolver com seriedade um serviço em favor da pessoa que trabalhou e contribuiu a vida toda para o INPS, usa artifícios para mingüar, ainda mais, as parcas aposentadorias pagas, martirizando e penalizando duramente os nossos aposentados.

A correção dessas distorções no cálculo das aposentadorias só pode ser feita através do Congresso Nacional. Porém, até este momento, nenhuma proposta foi apresentada nesse sentido.

Alguns aposentados encontram-se, já, em situação precaríssima com os vencimentos reduzidos insuportavelmente, sugerindo, inclusive, uma situação de miséria e cruel privação.

Muitos estão desacreditados, vez que inexistente movimentação na Câmara Alta com vistas à correção dessa distorção e, com a proximidade das eleições, parece mais remota a possibilidade de retificação ainda neste ano.

É lamentável termos que vir, todos, novamente, criticar a falta de respeito e seriedade da política previdenciária para com nossos aposentados e pensionistas.

Sai Governo, entra Governo, e o mais triste é que continua sempre a mesma coisa: promessas e paliativos para tentar disfarçar a vergonha que é a previdência no Brasil.

A defasagem de que os aposentados são vítimas constitui-se num verdadeiro crime, já que, desta forma, o Governo vai roubando, pouco a pouco, a dignidade do cidadão na velhice, negando-lhe o direito fundamental ao descanso e tranquilidade.

Não se trata de querer que o Governo dê qualquer coisa de graça para os nossos aposentados, absolutamente. O que se reclama, protesta, é que milhares de pessoas que trabalharam e contribuíram uma vida toda, no momento de colher os frutos, sejam castigadas pela falta de atenção, seriedade e respeito do sistema de previdência.

Desta forma, apelamos aos Senhores Legisladores no Congresso Nacional, para que estudem a questão do aposentado, apresentando e discutindo as propostas requeridas para se efetivar a dignidade e respeito a que a Constituição presume que têm direito.

Que do teor do presente, dê-se ciência à Federação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1546

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após consultado o Plenário, seja expedido Ofício ao Ilmo. Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER para que esclareçam-se as razões do aumento de 43% sobre os preços das passagens intermunicipais.

Sala das Sessões, em 07.06.90

(aa) JOSÉ ALVES, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI e JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Não é aceitável que, em período de repressão de preços e salários se imprima aos usuários do transporte coletivo intermunicipal, um aumento tão substancial sobre as suas tarifas.

De onde se despreenderão razões fáticas que justifiquem um acréscimo tão drástico?

REQUERIMENTO N° 1545

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, que, após consultado o Plenário, seja expedido Ofício ao Ilmo. Sr. Superintendente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, solicitando esclarecimentos quanto à sistemática dos índices alusivos de aumentos que vêm sendo aplicados sobre as presta-

ções de seus mutuários desde a implantação do plano econômico "Brasil Novo".

Sala das Sessões, em 07.06.90

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, JOSÉ ALVES e JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Há informação de que os contratos de financiamento dos mutuários da COHAPAR, sem exceção cindem-se à cláusula de equivalência salarial, não se justifica a situação que vem sendo imprimida às prestações mensais dos mutuários, de que se conhece casos em que de maio para junho, foram reajustados em mais de trezentos por cento.

REQUERIMENTO N° 1538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Ilustríssimo Senhor Ernesto Huascar Blum Capozzi, Superintendente de Operações do Banco do Brasil, objetivando a criação de uma agência do Banco do Brasil no município de Cambira.

Sala das Sessões, em 07.06.90

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

O município de Cambira conta atualmente com o Posto de Serviço do Banco do Brasil, o qual já está insuficiente para atender àquela municipalidade, uma vez que Cambira é uma região essencialmente agrícola e por ali é grande o volume de negócios, relativamente às atividades do comércio e agricultura.

A nossa solicitação vem de encontro aos interesses da população de Cambira, motivo pelo qual, aguardamos um parecer favorável sobre o assunto.

REQUERIMENTO N° 1565

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja solicitado ao Poder Executivo, através do Sr. Governador do Estado, pedido de informações, com fundamento no art. 55 e correlatos da Constituição Estadual, a respeito das razões que determinaram a convocação de Concurso Público no ITCF, conforme Edital n° 01/90, publicada no jornal "Gazeta do Povo" de 05/06/90, pág.14, em anexo.

Sala das Sessões, em 07.06.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

A realização desse concurso no âmbito do ITCF se afigura inoportuna, de vez que a Reforma Administrativa proposta por iniciativa do Poder Executivo prevê a extinção desse órgão, com dispensa de servidores e futura incorporação do corpo funcio-

nal remanescente a um outro departamento público ainda a ser criado.

Viola o senso comum a simples observação do Edital, que abre 58 vagas de técnicos e outros servidores, num momento em que o Instituto está sendo desativado, com dispensa de pessoal, transferência de outros servidores para um "bolsão de reserva da Administração" e situações correlatas; levando mesmo à suspeita de que o extemporâneo concurso seja destinado a acomodar apaniguados.

Ressalta o fato de que o próprio Governador do Estado baixou decreto proibindo a admissão de pessoal. Destarte a realização desse concurso configura incoerência entre a proposta e a ação do Executivo, a menos que se considere a hipótese de desconhecimento da realização do concurso por parte do Governador, para obviar o que anexamos, recorte do Edital.

"Gazeta do Povo"

05/06/90

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA
E FLORESTAS

VINCULADO A SECRETARIA DE EST. EXT. DE
COORD. DA R.A. GOVERNO DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL N° 01/90

O Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, realizará Concurso Público para preenchimento das vagas abaixo:

09 Vagas para Engenheiro Florestal

06 Vagas para Engenheiro Agrônomo

25 Vagas para Auxiliar de Recursos Naturais Renováveis (Técnico Agrícola, Florestal e Agropecuária).

08 Vagas para Auxiliar Administrativo

09 Vagas para Operário Rural

01 Vaga para Guarda Parque

As inscrições encontram-se abertas no período de 5 a 11 de junho de 1990.

Maiores informações poderão ser obtidas no Diário Oficial do Estado do Paraná, do dia 01.06.90, ou na sede do ITCF, Rua Desembargador Motta, n° 3384, Curitiba, ou nos Escritórios Regionais do ITCF em todo o Estado.

MAURO DALOTTO

Presidente da Comissão do Concurso

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 69/90

RESOLVE:

Art. 1° - Os convênios previstos no inciso XXI do artigo 54 da Constituição do Estado serão submetidos à Assembléia, para efeito de autorização prévia, mediante mensagem do Poder Executivo encaminhada com o mínimo de quinze dias de antecedência do ato objeto do convênio, devidamente

instruída com a documentação necessária à deliberação da Assembléia.

§ 1º - Recebida a mensagem, ela será lida no expediente e encaminhada às comissões técnicas.

§ 2º - Na hipótese de pedido de ratificação posterior de convênios já celebrados, o Poder Executivo deverá justificar adequadamente os motivos de urgência e de relevante interesse público previstos no artigo 54, XXI da Constituição Estadual.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.90

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Resolução ora apresentado tem o objetivo de efetivar o cumprimento das prerrogativas do Poder Legislativo, e co-participação e co-responsabilidade na administração dos negócios públicos estaduais.

O retorno das prerrogativas parlamentares tem sido saudado como fundamental para a realização do Estado de direito democrático. Durante o período autoritário, no Brasil, o governo foi praticamente investido no ramo executivo do Poder Político. O Congresso, a nível federal, já recuperou muito de sua capacidade de intervenção nos atos públicos; falta tornar essa restauração efetiva a nível das Assembléias Estaduais.

Uma das fórmulas para subtrair do Poder Legislativo o controle sobre atos públicos firmados entre instituições diversas, interessando à economia do Estado do Paraná, tem sido a assinatura de convênios pelo Poder Executivo, seguida da remessa de tais atos para simples ratificação da Assembléia, sob a invocação de motivo de urgência.

Com a regulamentação do dispositivo constitucional, ora pretendida, objetiva-se assegurar a ampliação da fiscalização legislativa dos atos governamentais "ex quo ante", isto é, antes de sua ocorrência, para evitar dano ao erário ou ao fato cumprido. Evita-se desta forma a burla ao exercício do controle legislativo que tem sido caracterizada com os seguidos pedidos de mera ratificação de convênios "ex post facto", que na prática anulam a competência constitucional do Poder Legislativo em proveito de continuação da hegemonia autoritária do ramo executivo da Administração Estadual.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 70/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Para-

ná, autorizada a implantar em folha de pagamento dos servidores deste Poder, o aumento de vencimentos estabelecidos pela Lei nº 9245, promulgada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia e publicada no Diário Oficial do Estado do dia 25 de maio de 1990;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e terá seus efeitos a partir de 1º de abril de 1990, correndo as despesas por conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.90

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Rubens Bueno, Nelson Vasconcellos, Namir Piacentini, José Rogério Carvalho, Valderi Mendes Vilela, Tadeu Lúcio Machado e Duílio Genari.

JUSTIFICATIVA:

Esta Assembléia Legislativa sustentou uma verdadeira batalha para fazer prevalecer a justiça na correção salarial do funcionalismo público.

A Mensagem Governamental concedia um reajuste que nem sequer recuperava as perdas existentes. Através de emenda esta Casa assegurou um aumento de 84%, a partir de abril do corrente ano, reajuste este correspondente à inflação do mês de março.

No entanto, o Governador do Estado, insensível ao problemas do funcionalismo, vetou a emenda. E todos os nobres Deputados sabem com que trabalho conseguimos derrubar o veto governamental, sustentando o reajuste de 84% nos vencimentos dos servidores públicos paranaenses.

Com brilhantismo a maioria defendeu a justiça da medida.

O Diário Oficial do Estado do dia 25 de maio publicou a Lei nº 9245 promulgada pelo Senhor Deputado Anibal Khury. Portanto, o reajuste concedido, na base de 84%, é lei, com toda força e eficácia.

Porém, Senhores Deputados, esse reajuste é válido apenas para os servidores da Administração Direta, alcançados pela referida Mensagem Governamental. É preciso, por justiça e coerência por parte deste Poder Legislativo, que também os funcionários da Assembléia Legislativa sejam contemplados.

A iniciativa da fixação de vencimentos a seus funcionários é deste Poder, portanto, tem legítimo direito de corrigir não só os salários, mas uma injustiça social. Com a mesma veemência que defendemos os servidores da administração direta, façamos a defesa dos servidores do legislativo. A Lei é feita para o homem, o homem é a razão da existência da lei, esta não se sobrepõe ao ser humano. Fere-se a lei quando não a aplicamos no interesse da

justiça social. A defasagem salarial é gritante, deixar de corrigi-la e permitir a injustiça social é que afronta a Constituição.

Portanto, por direito e por justiça, cabe ao funcionalismo desta Casa a aplicação de reajuste de 84% promovendo a isonomia entre os Poderes. É dever deste Poder tomar a iniciativa; é dever de todos nós defendermos a correção salarial ora proposta.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 339/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É denominado o ano de 1991 como o "Ano dos Transplantes", no Estado do Paraná.

Art. 2° - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, dedicarão atenção especial a medidas que visem mobilizar a opinião pública no que refere à doação de órgãos e destinação de recursos para transplantes, nos termos da lei.

Art. 3° - O Estado, através de seus órgãos normativos e executivos, dará ênfase especial a um programa integrado, que objetive a cooperação institucional e comunitária na preservação da saúde, por meio de doação de órgãos para transplantes cirúrgicos.

Art. 4° - Fica lançada a "Cruzada de Doação de Órgãos Passíveis de Serem Transplantados", que deverá incentivar e colaborar nas medidas a serem implantadas, quer pelo Poder Público, quer pela comunidade no "Ano dos Transplantes".

§ 1° - Ao Poder Público, especialmente através da Secretaria da Saúde, e aos demais Poderes, através da Comissão Especial de que trata o art. 10, caberá a programação, coordenação e execução dessa cruzada.

§ 2° - Aos municípios serão emprestados apoio e orientação administrativa e técnica, para que os mesmos dêem curso à Cruzada, em suas jurisdições, por meio das Secretarias Municipais de Educação, de Saúde e Conselhos Municipais de Saúde.

Art. 5° - Serão convidados a colaborar na Cruzada, entidades públicas ou privadas que atuem, direta ou indiretamente, no campo da saúde ou da ação social e comunitária.

Art. 6° - Os órgãos de imprensa, serão conclamados a participar, por seus diferentes veículos, com a Cruzada, oportunizando ao máximo a informação e elucidação de fatores primordiais e indispensáveis à doação de órgãos a serem transplantados.

Art. 7° - As entidades profissionais,

técnico-científicas, educacionais, os órgãos de classe e os clubes de serviço serão convidados a integrar-se à campanha.

Art. 8° - Toda a correspondência oficial do Estado, contra-cheque, extratos de conta, peças publicitárias, editais de licitação e outros documentos oficiais assemelhados conterão - impressos, carimbados, selados ou mediante registro mecânico apropriado - dos dizeres "1991: Ano dos Transplantes Cirúrgicos".

§ 1° - Será solicitada idêntica providência a todas as prefeituras.

§ 2° - Será sugerido a empresas e entidades privadas que, também, façam uso desse lema em sua correspondência e material de divulgação.

Art. 9° - O Poder Legislativo promoverá, na segunda quinzena de setembro, o Encontro Estadual dos Transplantes Cirúrgicos, cujo temário e normas de execução serão definidos, oportunamente, consultados os demais poderes, pessoas e entidades vinculadas ao assunto.

Art. 10 - Para o planejamento, organização e execução das atividades a cargo dos três Poderes, será formada uma Comissão Especial composta por dois representantes do Poder Executivo, dois representantes do Poder Legislativo, dois representantes do Poder Judiciário e, a convite, dois representantes de entidades privada ou fundações.

Parágrafo Único - A Comissão Especial será constituída por iniciativa do Poder Legislativo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da promulgação desta Lei, devendo ser presidida por um de seus membros, eleito dentre os demais.

Art. 11 - Em conjunto, o Poder Legislativo, o Governo do Estado, o Poder Judiciário e entidades convidadas promoverão concurso de reportagens e monografias que deverão versar sobre transplantes de órgãos.

§ 1° - A Comissão Especial, a que se refere o artigo 10, expedirá os regulamentos dos concursos mencionados no "caput", presidindo sua realização.

§ 2° - O concurso de reportagens abrangerá a imprensa escrita, falada e televisionada.

Parágrafo 3° - O concurso de monografias contemplará as áreas de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Parece até desnecessário falar acerca do alcance social da propositura em tela,

principalmente porque demonstra, claramente, preocupação em efetivar o compromisso do Estado, do Poder Público, em incentivar a doação de órgãos passíveis de serem transplantados, com a função de restabelecer a vida.

A prática do ato da doação de órgãos como forma de salvar a vida deve ser motivada, como demonstração de solidariedade e oblação.

Pode, sem dúvida, o Poder Público desenvolver um trabalho nesse sentido, que passa pela criação de mecanismos de incentivo à prática da doação.

Dentre esses mecanismos, estão aqueles a que se refere o corpo do Projeto de Lei ora apresentado. Ao instituir 1991 (ano próximo vindouro), como o Ano dos Transplantes, criar a Cruzada de Doação de Órgãos Passíveis de Serem Transplantados, fixar data para realização de Encontro Estadual sobre Transplantes, determinar a promoção de concurso de reportagens e monografias, e dar outras providências, o Poder Legislativo explicita sua preocupação com a questão da saúde no Paraná, sobretudo, com aqueles paranaenses com sua cidadania limitada aguardando o transplante de um órgão vital à vida.

Vivemos um tempo no qual a ciência deu passos gigantescos, entre elas, a medicina. Mas, igualmente, se avançamos na tecnologia e no saber científico, se alguns preconceitos foram derrubados, permanecem outros tabus que não apenas se colocam como entraves a novas conquistas científicas, como também se tornam obstáculos à defesa e ao prolongamento da vida humana. É o que ocorre, por exemplo, com a doação de órgãos para transplantes. Em todo o mundo, ainda é uma ínfima parcela da população que, voluntariamente, doa os seus órgãos para que, quando chegar o momento inevitável da morte, outros possam sobreviver.

Trata-se, basicamente, de um preconceito que prefere ignorar a certeza da morte - única certeza na vida ao invés de demonstrar altruísmo, possibilitando o prolongamento da vida de seus semelhantes. Nesse sentido, acreditamos estar prestando alguma contribuição para a derrubada desse tabu e um exemplo pioneiro, através do presente projeto de lei.

A movimentação da sociedade paranaense com relação ao temário da Doação de Órgãos, é algo indispensável para o avanço na prática desse ato de tamanha oblação.

Promover a vida, parece correto afirmar, ao pensar que, acolhendo esta proposta, até com as alterações que se fizerem necessárias, a Assembléia Legislativa do Paraná estará incentivando a doação de órgãos de um cidadão para que outro continue vivendo.

Ao adotar as medidas propostas, enfrentando esta questão, o Paraná toma a frente, tornando Lei, um projeto que estimulará os doadores a aliviar a angústia de inúmeros doentes que necessitam de órgãos e calor humano para continuar vivendo.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 340/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica suprimido o parágrafo único do artigo 1° da Lei Estadual n° 9.264/90, de 24 de maio de 1990.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem a finalidade de suprimir o parágrafo único do artigo primeiro da Lei Estadual n° 9.264/90, de 24 de maio de 1990.

Tal Lei isentou do pagamento das taxas para confecção de Cédula de Identidade, junto ao Instituto de Identificação, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, os maiores de sessenta e cinco anos, domiciliados em território paranaense.

Lamentavelmente, por um lapso gerado numa informação imprecisa, a Lei deixou de beneficiar os estrangeiros naturalizados que, segundo a Constituição, têm os mesmos direitos dos brasileiros natos.

Tem, portanto, a presente proposição, a intenção de corrigir a distorção que gerou o alijamento dos naturalizados ao benefício da gratuidade na confecção de cédula de identidade.

Na verdade, apenas os estrangeiros não naturalizados ou em processo de naturalização é que têm identidade especial e esses são atendidos, quando da expedição dos documentos de identificação pela Polícia Federal.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 341/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O Art. 1°, da Lei n. 9.249, de 16 de maio de 1990, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado o município de Nova Laranjeiras, com território desmembrado do município de Laranjeiras do Sul, com sede na localidade de Nova Laranjeiras e as seguintes divisas:

Inicia-se na barra do rio União com o rio das Cobras, deste ponto segue a jusan-

te o rio das Cobras até encontrar a estrada velha que liga Laranjeiras do Sul a Quedas do Iguaçu, confrontando com o município de Quedas do Iguaçu, segue pela referida estrada na direção de Laranjeiras do Sul até encontrar o Rio Xagu, confrontando com o futuro município de Rio Bonito e com o município de Laranjeiras do Sul, segue pelo referido Rio Xagu a montante até encontrar a foz do Arroio dos Macacos, deste ponto a montante pelo Arroio dos Macacos até encontrar o afluente da margem direita, deste ponto segue pelo afluente do Arroio dos Macacos até as suas cabeceiras onde se encontra a estrada de rodagem Picadão da Herveira, segue na direção de Laranjeiras do Sul pela referida estrada até encontrar as cabeceiras do Rio Lambedor, segue a jusante pelo Rio Lambedor até a foz com o Rio Barreiro, daí por linha reta e seca até a localidade Cabo Roxo, onde encontra o Rio Herveira, deste ponto a jusante pelo Rio Herveira até a sua foz com o Rio Cobre, confrontando com o município de Laranjeiras do Sul, segue a jusante pelo rio do Cobre até encontrar o Rio Piquiri, confrontando com o município de Canta Galo, segue a jusante do Rio Piquiri até encontrar o Rio Cascudo, confrontando com o município de Palmital, segue a montante pelo rio Cascudo até a sua cabeceira, deste ponto numa linha seca de aproximadamente 4.500,00 metros, ao rumo sul, por linha seca até encontrar a cabeceira do rio Guarani, segue a jusante pelo rio Guarani até encontrar o município de Quedas do Iguaçu, confrontando com o município de Quedas do Iguaçu e com o município de Guaraniaçu, segue por linha seca de aproximadamente 15.500,00 metros no rumo 86°30' SE, até encontrar a antiga estrada de Foz do Iguaçu, segue pela referida estrada, na direção de Laranjeiras do Sul até encontrar o rio União, segue pelo referido rio União, a jusante, até a barra com o rio das Cobras, onde se iniciou e encerra esta descrição, confrontando com o município de Quedas do Iguaçu.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS:

Tem como ponto de partida a Foz do Arroio da Vila com o Rio das Cobras. Linhas de limites seguem pelos seguintes pontos de referência: margem esquerda do Arroio da Vila, cruza a BR-277, lote n. 1 deflexão de 90° fundo das quadras ns. 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 16, deflexão de 90° segue até a BR-277, lado esquerdo da BR-277 rumo a Guaraniaçu, deflexão de 90°, atravessa a BR-277, passando ao lado da quadra n. 17, atinge o rio das Cobras pela sua margem esquerda até a sua foz com o Arroio da Vila, ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por finalidade corrigir a constituição de anclave de área de outro município - Laranjeiras do Sul, no Município de Nova Laranjeiras, contrariando disposição constitucional.

PROJETO DE LEI N° 342/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - "Fica criado o município de Ramilândia, com território desmembrado do município de Matelândia, com sede no distrito administrativo de mesmo nome, e com as seguintes divisas;

Com a localidade de Diamante do Oeste: - começa na foz do rio Roselito, seguindo-se pelo rio São Francisco Falso - Braço Sul água acima, até a foz do rio Santa Inês, pelo qual segue água acima, até onde recebe pela sua margem direita, um afluente sem denominação. Com o Município de Céu Azul: - começa no rio Santa Inês, onde este, pela sua margem direita recebe um afluente sem denominação, seguindo-se em linha reta, até a foz do Rio Xaxim no rio São Francisco Falso - Braço Sul, seguindo-se pelo rio Xaxim até as divisas entre os municípios de Céu Azul e Matelândia e a localidade de Romilândia. Com os municípios de Matelândia e Medianeira: - começa na margem esquerda do Rio Xaxim, divisa da localidade de Ramilândia com os municípios de Matelândia e Céu Azul, seguindo-se em linha reta no sentido Oeste até encontrar a linha de divisa da Colonizadora Gaúcha Ltda, na defrontação das cabeceiras, do rio São Vicente, de onde em reta por uma linha seca no sentido Norte, alcança a foz do Rio Roselito, ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamento:

Acir Mezzadri, Djalma de Almeida César, Namir Piacentini, Antônio Bárbara, José Alves e 1 ilegível.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 338/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1° - Os policiais civis que exer-

Curitiba, quinta, em 07.06.89

Pág. 11

ceram os cargos de Inspetor de Trânsito, da extinta Carreira de Inspetores, do Quadro de Pessoal do Departamento Estadual de Trânsito, terão níveis de remuneração equivalente à classe inicial da Carreira de Detetive, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, a partir da vigência desta lei.

Art. 2º - Os policiais civis que exerceram os cargos de Guarda de Trânsito da extinta Carreira de Guardas, do Quadro de Pessoal do Departamento Estadual de Trânsito, terão níveis de remuneração equivalentes à classe inicial da Carreira de Agente de Segurança, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, a partir da vigência desta Lei.

Art. 3º - Os benefícios desta lei serão extensivos aos policiais civis na inatividade, nos termos do art. 179 e seus parágrafos, da Lei Complementar n. 14/82, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n. 24, de 06 de dezembro de 1984.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

Essas categorias funcionais sempre exerceram atividades pertinentes à segurança pública e, por esta razão, a Lei n. 4.544, de 31.01.62 (Reclassificação Geral) as classificou no Grupo Ocupacional - POL-503 - Vigilância, com atribuições específicas de policiamento.

A carga horária desse Grupo Ocupacional foi sempre superior a quarenta e duas horas semanais, pois, além das seis horas diárias de vigilância e policiamento normal e ostensivo, nos sete dias da semana, em período ora diurno, ora noturno, esse pessoal era, freqüentemente convocado para integrar plantões especiais e atender postos diversificados de policiamento.

A partir da Reclassificação Geral, implantada pela citada Lei n. 4.544, de 31.01.62), essas categorias funcionais praticamente não tiveram mais atendidos os seus direitos à promoção por mérito e por antigüidade, conforme prescrevia a legislação da época.

Tenho reconhecido que era injusto o tratamento que submetera tais categorias funcionais, a própria Administração Pública Estadual, através da Lei Complementar n. 29, de 04 de abril de 1986, no seu artigo 3º, reparou tais injustiças em relação aos Inspetores da extinta Guarda Civil do Paraná e aos Peritos Criminalísticos.

Pelas razões expostas e procurando corrigir tais distorções é que apresentamos o presente plano de lei complementar, para o qual encarecemos o devido apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ffinda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.
(Lê).

"Assegura-se a história que o primeiro órgão de imprensa operado no Brasil, foi a "Gazeta do Rio de Janeiro", nos tardios albores do século XIX, idealizado para agradar o rei e mistificar a realidade social da época. Não obstante, pouco antes, Hipólito José da Costa, em Londres, publicar aos brasileiros consertes do exílio, o "Correio Braziliense", volumoso, doutrinário, exigente de reformas em nosso sistema colonial pátrio. Hipólito justificava o fato de imprimir o seu jornal em plagas estrangeiras assinalando a censura, as dificuldades técnicas e a virtual impossibilidade de manter no Brasil, a independência da sua publicação. Naturalmente, o "Correio Braziliense" foi declarado nocivo à Corte, que ordenou a apreensão dos exemplares chegados ao Rio de Janeiro. Pelas mesmas razões de Hipólito, tem-se a sensação de que, ainda em nossos dias, a imprensa do Brasil não está, de todo, libertada.

Mas, neste dia 07 de Junho, hoje, se consigna o "Dia da Liberdade de Imprensa", e deve ser louvado, inobstante os percalços que ainda se lhe impõe vencer. A liberdade de imprensa, nos dias atuais, é imprescindível ao Estado livre e deve ser preservado com a mesma veemência e tenacidade com que se defendem os próprios direitos da cidadania. Uma é a garantia da outra, e tão intimamente ligadas que são, por uma e por outra, tem-se o dever de reverenciar este evento. A par de cumprimentar a imprensa libertária deste Estado, que sobrevive sem restrições às suas opiniões e responsável pelas informações que edita, cumprimento a imprensa compromissada também, na expectativa de que, vencidas as amarras, se sintonize à clarividência dos tempos novos que descortinados, onde a imprensa exerce, ineludivelmente, a sagrada função de guardião de todas as liberdades que se comprometem com a vida organizada, que se esteia no engrandecimento do homem, fim de todas as ações. Nenhuma expectativa jamais será tão justificável; nenhum sonho merece tanto ser sonhado, que a consagração plena da Liberdade de Imprensa.

Aos que vivem é que ratifico, em especial, a minha modesta homenagem".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores professores. (LÊ)

"Mais de 900 mil paranaenses terão de ser alfabetizados nos próximos dez anos, para ser cumprido o mandamento da nova Constituição Federal, que prevê a erradicação do analfabetismo já no início do próximo decênio.

O Paraná é - feliz ou infelizmente - um dos Estados que detém o menor índice de analfabetos. Segundo os dados coletados em 1988, a média, em todo o Brasil, de pessoas analfabetas, com mais de 10 anos de idade, era de 18,56%. No Paraná, este número caía para 13,60%.

Embora seja um número consideravelmente inferior ao da média nacional, o contingente de analfabetos no Paraná não pode ser encarado como nenhuma "glória".

É preciso considerar que em países com indicadores sociais mais significativos, esse número é de 01 ou 02% como média nacional.

Em Cuba, por exemplo, onde o método de desanalfabetização utilizado foi o do brasileiro Paulo Freire, esse número é de um por cento em todo o País.

Em todo o Mundo, de acordo com os cálculos da organização das Nações Unidas - ONU, há 900 milhões de pessoas em situação de analfabetismo. Esse número é dilatado, principalmente, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, onde os fatores de ordem social foram prejudicados para que fossem atendidos os modelos de colonização a que foram submetidos.

Por exemplo, no Brasil, não há tradição educacional: nascemos da idéia de ser um preposto de Portugal. Depois, passamos pelas mãos da Inglaterra, Estados Unidos, e ainda hoje, somos, comumente, chamados de colônia.

A UNESCO, órgão da ONU encarregado da política de ação cultural, englobando a educação, designou o ano de 1990 como o ano internacional da alfabetização.

Lamentavelmente, estamos na metade do ano e até o presente momento, nada de efetivo no momento, nada de efetivo no campo da alfabetização, no Brasil foi feito.

O mais triste é saber que essas milhares de pessoas analfabetas jamais conseguirão nessa condição, integrar-se, plenamente à sociedade.

O processo de alfabetização não implica, simplesmente, em ensinar alguém a ler uma linha, um texto ou um livro.

Não.

Alfabetizar significa o aprendizado das operações matemáticas, a capacidade da escrita, da leitura e, principalmente, da compreensão.

O diálogo, portanto, é também, enriquecido pela alfabetização.

Nessa lógica, levar aos bancos escolares 900 mil paranaenses, em dez anos, fazendo-os desenvolver de forma ágil e eficiente os mecanismos de compreensão, parece muita pretensão.

Principalmente, quando falamos de uma realidade no Brasil. País onde a fome e outros fatores de ordem econômica são determinantes para o enquadramento social.

É brincadeira falar que vamos educar 900 mil analfabetos, só no Paraná, até o ano 2001, quando milhares de crianças morrem, por ano, vítimas da fome, da miséria e do abandono.

É brincadeira dizer que vamos educar 900 mil paranaenses, em dez anos, quando um número significativo desses nem chegará até 2001, sendo arrebatados por doenças endêmicas e epidêmicas já erradicadas em quase todo o Mundo.

É falácia dizermos que será possível educar esses 900 mil paranaenses, quando sabemos que outros milhares estarão engordando a curva gráfica, ascendente há vários anos, do abandono, carência, marginalização e delinquência.

Infelizmente é assim. Sabemos da nossa condição de país em desenvolvimento, sabemos da necessidade de progredir, principalmente, com relação à questão social, mas, lamentavelmente, nada é feito.

O desafio de educar 900 mil paranaenses parece uma meta arrojada de Governo. De qualquer Governo, como tantos que já passaram por aí, mas que, infelizmente, de efetivo nada fizeram. O desafio é de vencer 900 mil, hoje, que amanhã, serão multiplicados e, depois, divididos. Divididos em: abandonados, carentes, marginalizados e, infelizmente, delinquentes.

Isso aqui é um pouquinho de Brasil, como diz a música".

É só lembrarmos que há 78 dias nossas crianças estão sem aulas, e o Governo continua dizendo que não há verbas!

Todo mundo sabe que só diz que não há verbas para a Educação quem não sabe o preço da ignorância, e quem não sabe o preço da ignorância poderá motivar uma política séria para erradicar o analfabetismo, em 10 anos? Na verdade isso é muito difícil! Este é o retrato do País, onde a Educação não vem recebendo a atenção devida dos governantes e o maior retrato disso verifica-se atualmente, neste Paraná, onde há 78 dias as crianças estão em casa, os professores lutam para um diálogo com o Governo, e isto não vem acontecendo!

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós viemos à tribuna, hoje, mostrar a realidade brasileira, para mostrar a realidade paranaense da Educação!

É preciso, antes de mais nada, que se

abram as portas para o diálogo, que se resolva definitivamente a situação dos professores e principalmente das crianças deste Paraná, que querem voltar às salas de aulas, mas, impedidas pela arrogância do Governo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, amigos da imprensa, professores, funcionários públicos e companheiros que nos visitam do interior do Estado nesta tarde, vejam a que ponto chega a falta de firmeza, a falta de coerência daquilo que é pregado na televisão antes de uma eleição, aquilo que é dito num palanque muito bem produzido, gastos milhares de cruzeiros ou de cruzados na oportunidade com aquilo que hoje é realizado. Não existe, salvo raríssimas exceções, na Política deste país políticos que sintonizem suas palavras com os seus atos.

Hoje, vamos votar um veto oriundo do Poder Executivo, da proposição número 90 aposto ao Projeto de Lei nº 304/89, do Deputado Hermas Bradão, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia a professores que sofreram descontos por motivos de greve e procederam o devido ressarcimento.

Dias atrás derrubamos aqui um veto, e eu vinha da tribuna dizer que nós derrubávamos este veto; hoje, infelizmente não posso dizer com segurança que o veto cairá. É lamentável, é lamentável porque esta gente que visita e que vem à Assembléia reivindicar, pedir. Pedir a quem? Pedir aos porta-vozes da população paranaense, que somos nós, os Deputados Estaduais, não vêm pedir migalhas, eles vêm pedir justiça, e é em cima desta justiça que nós, hoje, Srs. Deputados, precisamos nos conscientizar de que a educação, de que a falta de dignidade começa imperar no nosso Estado. Quando se alega problema de caixa, quantas vezes nós já dissemos desta tribuna, nós precisamos colocar gente certa, gente competente nos lugares certos. Não adianta colocar um professor de educação física, por exemplo, numa Secretaria de Finanças. E o Estado começa por aí a errar. Eu quero acreditar que a consciência de cada um dos Srs. Deputados acenará para o caminho certo para que nós possamos derrubar este veto e darmos força ao movimento que não é um movimento reivindicatório apenas de salário, Srs. Deputados.

É um movimento que briga pela qualidade do ensino no nosso Estado, pela deturpação de números até, segundo a AFP, com relação às propagandas anunciadas de que o Estado do Paraná é um Estado que mais investe, é o Estado que tem a educação como exemplo para este País só faltaram dizer

para o mundo.

Vamos derrubar este veto Srs. Deputados, e vamos mostrar que esta Casa é forte, que esta Casa quer dar autorização necessária para que o Magistério, para que os funcionários públicos e tenho dito aqui da tribuna, que são os verdadeiros formadores da cultura de cada criança, da educação de cada criança, é inadmissível um salário e um professor ir tranqüilo para uma sala de aula ganhando a miséria que ganha.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem mais um minuto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para encerrar. Nós votaremos pela anistia e o Partido Liberal votará com os funcionários públicos do Paraná, com o Magistério do Paraná, para tentarmos pelo menos agora, neste momento restabelecer a dignidade, a luta desta gente que é de carne e osso, que tem sentimento, que não está fora da aula porque quer, mas pela necessidade deste momento em que se vive e se deteriora a educação no Estado do Paraná.

Votaremos pela anistia, votaremos com os professores do Paraná.

Muito obrigado Sr. Presidente, nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Professores.

Já se vão aproximando os 90 dias da greve do Magistério. Já se foi o semestre da educação paranaense. Confesso que não conheço na história política contemporânea fato tão inusitado como este. Fosse no tempo dos governadores nomeados quem poderia cobrar a omissão do Governador, certamente os que o nomearam. Não é o caso do Governador Álvaro Dias, não foi nomeado, foi eleito pelo povo com larga margem, 67% dos votos em 1986. Os governadores nomeados, os militares cobravam compromissos, dos governadores eleitos quem deve cobrar compromissos?

Os eleitores, certamente. Eu até compreenderia que um Governador nomeado não tivesse a sensibilidade e deixasse os problemas do Estado a andar como bem entendesse eu até compreenderia a omissão. Mas, não compreendo a omissão de um Governante que foi eleito pelo voto direto.

Deixar um grave problema como este de-

correr-se no tempo, na greve de 90 dias na educação, onde toda sociedade paranaense se mobilizou. Onde esta Assembléia historicamente toma decisões sinalizando o caminho da negociação, do entendimento, sensibilizada com o aluno, com o pai, com o professor, com aquele que nada tem a ver com a educação mas tem a sensibilidade de ver este Estado esparramado na omissão. Esta Assembléia deu um exemplo histórico.

O aumento que foi votado aqui pela Assembléia estabelecendo um valor de doze mil, quinhentos e noventa e três, hoje já defasado pelos índices inflacionários publicados, razoável para o momento, foi vetado pelo Senhor Governador, e esta Assembléia soberanamente derrubou o veto.

Sinalizou de novo esta Assembléia Legislativa votando um perdão, passando no quadro negro um apagador das punições dos professores. Entregou ao Governador Álvaro Dias o quadro negro e o apagador que é o Projeto do perdão a greve, das punições a greve.

O Governador como professor não soube usar o apagador. Quem não sabe usar o apagador na sala de aula, não sabe escrever na lousa, no quadro negro, pena, um professor que governa o Estado esqueceu o gesto mais simples e mais bonito da sala de aula, que é sujar o quadro com a letra que elimina a ignorância e que traz a luz do saber. Sujar no bom sentido, com o giz, escrevendo a história, escrevendo a geografia. Não sabe escrever com o giz e não sabe usar o apagador.

O apagador é esta Lei vetada pelo Governador Álvaro Dias, que poderia muito bem usá-la como sinal de também estar despreendido e chamar os professores a um entendimento. Também não foi possível. Estamos a ver hoje de novo esta Assembléia convocada, para discutir mais um veto do Governador. Mas, antes disso a resolução conjunta também baixada pelo Governo, convocando quatro Secretarias, para fiscalizar formalmente o comportamento de professores e de inspetores de ensino, inclusive a Polícia Militar, esta resolução, também esta Assembléia foi tornada sem efeito, por votação da sua maioria.

E hoje estamos aqui de novo.

Diz o Governo em várias ocasiões, que a responsabilidade do Estado com o ensino superior é enorme, e que o Estado do Rio Grande do Sul nada dispende com o 3º grau. Entretanto, não desenvolve um raciocínio melhor sobre isto, e não informa a todos nós, qual o nível de investimento do 3º Grau, e qual o nível de investimento no ensino fundamental.

Há verba para o ensino fundamental, tão decantada pelo Governador, mas, o Governador ao invés de aplicar milhões no ensino fundamental que é obrigação, que é

prioridade, e é necessário, ainda há pouco se instala no Paraná a TV Educativa, aplicando na TV Educativa milhões de cruzeiros, quando a prioridade é o ensino fundamental.

Senhores Deputados, ouvi notícias e tenho informações, de que o Estado através do EMEPAR, que é o Sistema de Controle de Sangue no Estado, não tem carros para transportar o sangue que hoje é controlado e fiscalizado pelo Estado, por ser sua obrigação, mas, não tem o veículo para encaminhar o sangue nos centros de Hemoterapia.

Entretanto, demagogicamente se encaminha Projeto de Reforma Administrativa a esta Assembléia propondo a venda de veículo estacionado na frente do Palácio Iguaçu, mas não se tem veículo para o controle do sangue.

Eu não entendo por que governar com tanto ódio.

Na história da humanidade, o poder sempre foi uma forma de suprema realização de quem o conquista e, Maquiavel inclusive, na Idade Média nasceu, dava algumas lições de como conquistar o poder e mantê-lo.

Nenhuma lição de ódio dava Maquiavel; se pode questionar o seu método.

Certamente, então não foi com Maquiavel que Álvaro Dias aprendeu a manter-se no poder, porque ele carrega consigo o ódio.

Por que tanto ódio contra o professor?

Por que tanto ódio com o aluno?

Meu Deus do céu, um professor que levanta às seis horas da manhã, sabendo que ganha 3, 4, 5, 6, 8, 10 mil cruzeiros, e, às seis horas da manhã com os cadernos embaixo do braço toma o ônibus, vai ao colégio, pega o giz, a lousa, escreve, ensina, com crianças sentadas no chão, sem carteiras nas salas de aula, quanto amor e quanto despreendimento, quanta garra, quanta vontade que existe nisso, que gesto que tranquiliza os pais e a nossa sociedade, sabendo que o seu aluno está lá aprendendo, apesar de todo esse quadro que estamos enfrentando.

Quanto ódio, meu Deus do céu.

Como o pai que não pode ter o aluno na escola particular, também assalariado, mas que quer ver o seu filho educado, quer ver o seu filho alfabetizado.

Um fato inusitado acontece hoje e a "Folha de Londrina", na primeira página, em manchete diz:

"Pais de alunos podem contratar professores."

A Secretária da Educação, Gilda Poli, autorizou a contratação de professores particulares, para substituir temporariamente os grevistas nas escolas públicas estaduais.

A decisão vai ao encontro de ação de pais de alunos da Escola D. Pedro II em Curitiba, que haviam iniciado gestões para contratar professores que dêem aulas aos filhos que sofrem os efeitos da greve do magistério.

A duração da greve e a falta de ação efetiva para resolvê-la é tema de nosso editorial.

Nós insistimos na necessidade de se resolver de imediato a questão".

Pois bem, o Governo não resolve o problema da greve da Educação, mas autoriza a contratação de professores particulares para dar aulas nos estabelecimentos públicos. Esquece a Constituição que exige concurso para o ingresso no Magistério. Rasga de novo a Constituição, meu Deus.

Uma empresa particular arregimentando professores, imbutindo-os em colégios públicos. E se amanhã ou depois nós invertermos isto e colocarmos os professores públicos nas escolas particulares e se os hospitais públicos começarem a receber médicos contratados por empresas e se as repartições públicas, daqui a pouco também estiverem todas à mercê de arregimentação de uma atividade lícita que é a contratação de mão-de-obra, mas que não é lícita em relação ao serviço público.

Bem se vê que esse discurso da reforma Administrativa, na verdade tem no seu fundo o sentido de colocar o Estado nu e sua máquina administrativa desmoralizada perante a sociedade.

O que pretendem com isso. Pretendem através da generalização de que o funcionário público é "marajá", é fantasma e que não trabalha e fazer com que sejam substituídas paulatinamente as atividades inerentes ao próprio Estado. Estão além da própria proposta liberal do Estado mínimo, esses querem o estado nenhum, o Estado da nulidade ou melhor da nulidade.

Daqui a uns dias estaremos contratando as serventes, e daqui a pouco, com a omissão do governo, teremos que contratar alunos para freqüentar os prédios públicos escolares deste Estado.

O Governador Álvaro Dias sustentou as suas razões do veto, que só a ele cabe a iniciativa do assunto que hoje estamos discutindo.

Argumenta que tal iniciativa caberia apenas ao Poder Executivo.

Ora, se aceitarmos esse argumento, o Executivo pune, o Executivo anistia, o Executivo considera a greve ilegal, o Executivo paga o salário que bem entende e o Legislativo nada pode fazer. O Executivo neste aspecto não tem a competência privativa, porque para decretar a greve, não foi preciso consultar o Executivo: a greve é uma decisão unilateral da categoria, e assim o fez baseado na Constituição, e as-

sim o fez baseado na Constituição a punição legal. A ilegalidade da punição está num dos aspectos mais graves que assume o Governo que é descontar o salário do grevista, que faz parte da negociação, do encaminhamento da solução da greve, coisa que o Governador até hoje não fez. Na medida que ele pune com o desconto do salário ele retira da mesa de negociação da greve a questão do salário e, conseqüentemente, unilateralmente, prepara a pauta da negociação, excluindo algumas, dentre as quais a mais séria delas que é o próprio salário. Não é competência privativa do Governador porque tornar sem efeito esses atos é atribuição própria da Assembléia que pode fazê-lo como já fez a Constituinte, evitando as punições daquela época.

Quero deixar claro uma posição da bancada do PSDB em relação a essas anistias. Nós não estamos aqui firmando "jurisprudência" de que todas as greves do Paraná serão objeto de anistia posterior. Assim não é e nem é esse o objetivo do que estamos propondo para derrubar o veto do Governador. Esse perdão tem sentido porque atinge o salário do funcionário, porque se o Governador não tivesse feito essa punição salarial, as eventuais punições de processo administrativo poderiam ser facilmente negociadas no processo de negociação entre patrões e empregados, patrão, o Governo; empregados, os funcionários públicos.

Não é então um conceito genérico de que, a partir da greve e depois dela, se concede anistia a todos os grevistas e a todos os movimentos grevistas. Esta é uma situação especial, de uma greve que já dura 90 dias, de uma situação totalmente anormal, em que o governante retira o salário como forma de pressão para eliminar o direito sagrado da greve.

Foi dito aqui várias vezes na própria Assembléia, discursos de Deputados do PMDB de que o Governo Álvaro Dias continua aberto às negociações com os professores. Aonde? Em que circunstâncias? Qual a proposta? Qual o entendimento? Quem vai negociar? Quando? Que dia? Que hora? Que local? Nada disso existe; apenas no discurso fácil de que está aberto ao diálogo.

Esse projeto não fala em anistia, fala em "tornar sem efeito" as eventuais punições. Entretanto, convém, apenas para argumentar, usar o que define o "Aurélio" como anista: perdão geral, ato do Poder Público. No Brasil o Legislativo Federal - e aqui no Paraná então, daí porque é prerrogativa nossa, do Legislativo Estadual - que, por motivo de utilidade social, declara impuníveis todos aqueles que até certo dia cometeram determinados delitos, geralmente políticos, que fazendo cessar

as diligências persecutórias, quer tornando nulas e de nenhum efeito as condenações. Depois vem a anistia fiscal, que é o cancelamento de dívidas de impostos.

Ora, se o Governador pode conceder por iniciativa sua, da Assembléia anistias fiscais, por que não se pode conceder uma anistia à Educação do Paraná? É o momento, Governador, da grandeza. É o momento de usar o apagador e apagar do quadro negro, da lousa que está lá na Palácio do Iguaçu, a palavra ódio e escrever a palavra Educação! Escrever a palavra perdão! Escrever a palavra anistia! Escrever a palavra diálogo! Escrever a palavra conversa! Escrever negociação! Escrever: venham conversar, vamos resolver isto!

Em janeiro propus aqui um piso salarial de dois salários mínimos e meio, que não era proposta do Nereu Massignan, muito menos da Oposição. Em janeiro, era proposta do Governador Álvaro Dias. Aqui estão as suas palavras como candidato. Já disse várias vezes aqui e que assumi este compromisso. Nem isto foi possível. E hoje estamos aí a discutir esta greve. A discutir novamente um projeto vetado pelo Governador.

Não, Governador. Respeite a Assembléia. Respeite a Educação. Respeite a maioria desta Assembléia. Respeite os professores, os alunos os pais, o Bispo D. Pedro Fedalto, e tantas pessoas que lhe recomendaram um entendimento, uma abertura, um coração mais largo, mais humano, e vamos conversar! Vamos acabar com este vai e vem.

A Assembléia decide e o Governo não aceita esta duplicidade. Vamos somar forças, Governador Álvaro Dias! Se Vossa Excelência se sente desautorizado pelos noventa dias da greve, coloque o seu candidato Roberto Requião a negociar, não só como candidato do PMDB ao Governo do Estado, mas como Presidente do PMDB. Quem sabe então ele, em seu nome, diga ao povo do Paraná, ao Magistério, de que lado está. Porque, até agora, nenhuma palavra ouvimos do Sr. Roberto Requião em relação a isto.

Vamos, ele tem autorização para lhe representar, afinal é seu candidato, Governador Álvaro Dias! Se Vossa Excelência assim bem entender, saberemos de que lado está Roberto Requião. Já sabemos, pela sua omissão, de que lado está. Está no lado daquele que também se omitiu, que é o Governador Álvaro Dias.

O veto hoje se complementa e deve ser derrubado, para completar a decisão anterior quando, por 29 votos, historicamente esta Assembléia disse um "Não" ao Poder Executivo.

É o momento dos Parlamentos. O Supremo ontem decidiu que a Medida Provisória nº 190 é inconstitucional. O próprio Congres-

so reagia com isto. Aí está a harmonia dos Poderes. Aí está a independência dos Poderes. Vamos fazer desta Assembléia a sua atitude independente, complementando o processo do veto anterior, derrubando hoje também esse. Esse é o veto do perdão! Esse é o veto do coração aberto! É o veto do diálogo! Não é o veto do ódio. Não! Vamos fazer desta decisão histórica de hoje, o complemento daquilo que todas as mãos dos educadores, dos alunos, dos pais e dos políticos, vão pegar no giz e vão escrever no quadro da sala de aula, no quadro da consciência paranaense, vamos escrever com esta decisão: ANISTIA, PERDÃO, DIÁLOGO, ENTENDIMENTO, JUSTIÇA, EDUCAÇÃO PARA O PARANÁ. Muito Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khruy) - Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulta a Liderança do PDC se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulta a Liderança do PDT.

(Declina).

Consulta a Liderança do PFL.

(Declina).

Consulta a Liderança do PTB.

(Declina).

Consulta a Liderança do PRN.

(Declina).

Consulta a Liderança do PMDB.

(Declina).

Consulta a Liderança do PL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Partido Liberal, ao apresentar a sua chapa de candidatos para as próximas eleições do dia 03 de outubro, tem colocado como meta prioritária, além da administração e das atividades políticas, com mãos limpas, o atendimento àquelas questões consideradas fundamentais para que haja o necessário equilíbrio na sociedade paranaense. E, entre essas metas a serem devidamente alcançadas pela ação política, está o da necessária condição para que aqueles que atuam na educação de nossos jovens possam desenvolver as suas atividades.

Por isso já manifestou o companheiro Deputado Lindolfo Júnior, no Pequeno Expediente, a opinião do Partido Liberal a respeito dos aspectos da educação no Estado do Paraná.

Ratificamos a posição do Deputado Lindolfo Júnior fazendo de suas palavras as desta Liderança. E estamos ansiosos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que a solução deste magno problema, que está

preocupando a sociedade paranaense, seja alcançado com a maior rapidez. O Partido Liberal saúda toda a iniciativa governamental que venha trazer o atendimento das reivindicações e insiste junto à Bancada do PMDB para que as negociações sejam desenvolvidas com o maior vigor, a fim de que não tenhamos a necessidade de presenciar tantas dificuldades que estão se registrando atualmente nesta área, na área do ensino do Estado do Paraná.

Os professores, e já tenho conversado com muitas lideranças, estão dispostos ao diálogo querem a solução. Vamos, portanto partir para o desenvolvimento desse processo com o apoio desta Assembléia Legislativa, com o apoio de todos os Parlamentares que vêem na Educação a grande mola propulsora do progresso e do desenvolvimento. Esta posição, em ratificação ao que já pronunciou no nosso candidato a Governador Lindolfo Júnior há poucos minutos atrás.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PT com a palavra.

Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sras. e Srs. presentes.

Nesta Sessão de hoje, nós temos mais uma oportunidade de colocar a apreciação, de desvendar de desmistificar a postura que Sua Excelência o Governador do Estado, está tratando aquilo que nós temos de mais essencial no Estado do Paraná, para o pleno êxito do nosso Serviço Público, que é a relação governante com os seus Servidores.

Estamos apreciando Sr. Presidente, Srs. Deputados, um veto que foi apostado pelo Governador, a uma medida adotada por esse Parlamento, que de um certo tempo para cá, majoritariamente decidiu de vez, adotar uma postura independente, de representação efetiva dos Servidores Públicos do nosso Estado e deixou de ser capacho do Governante.

Sua Excelência o Governador, vetou lei dessa Casa, que assegurava anistia a uma barbaridade, a uma atitude ditatorial, a uma atitude plenamente autoritária, que foi baixada por Decreto, sem permissão Constitucional pelo Governador do Estado aos professores do nosso Estado que estavam em greve.

Agora Sua Excelência o Governador, descaradamente veta, alegando a inconstitucionalidade do nosso ato, do ato desse Parlamento. Essa é uma barbaridade que nós não podemos aceitar, temos que derrubar esse veto, é questão de honra Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ora, o Governador alegar inconstitu-

cionalidade, nós os Deputados temos que dizer um "Não", porque nós temos que perguntar para ele, porque que ele pode desrespeitar a Constituição. Lá na nossa Constituição da República, na Constituição do nosso Estado, Srs. Deputados, está explícito, que está assegurado o direito de greve; Então o Governador do Estado, ele deveria cumprir a Constituição, ele deveria ser o primeiro a dar o exemplo e respeitar a nossa Lei Maior, respeitar o direito conquistado na nossa Constituição, o direito de greve para todos os servidores e todos os trabalhadores, ele desrespeitou a Constituição, quando ele vai punir aqueles que estão em pleno exercício do direito de greve.

Agora, com a maior cara de pau, o Governador do nosso Estado, veta uma lei que tem o único intuito de assegurar o cumprimento das nossas Constituições Federal e Estadual.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, necessário se faz na sessão de hoje, que estejamos todos aqui presentes e todos com convicções plena para não desmoralizarmos, para não sermos compactuantes com o desrespeito à Constituição, nós temos que não acatar as razões desse veto, e acatar sim, reafirmar uma posição já aprovada, majoritária nesse Parlamento, revogando o veto e revogando também as punições que foram impostas contra os nossos Servidores Públicos, que num direito líquido e certo, um direito assegurado pela Constituição de fazer greve quando o diálogo não resolve, então nós não podemos aceitar o desrespeito à Constituição e a reincidência, o Governador alegar inconstitucionalidade ao vetar essa lei.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ato do Senhor Presidente n. 04/90, que declara constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme requerimento recebido pela Mesa, composta por 07 (sete) membros, com o objetivo de investigar, apurar e sanar possível ilegalidade na prática de jogos sob o patrocínio da Federação Paranaense de Futebol, também denominados "Bingões". À Diretoria Legislativa, para atendimento ao disposto no item II, e anexação do requerimento que originou o presente ato.

Projeto de lei complementar de autoria

do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em n. de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a inversão da pauta de votação, iniciando com a apreciação da Proposição n. 90/90, em discussão única na Ordem do Dia de hoje. Rejeitado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, há sobre a mesa requerimento de nossa autoria requerendo a inversão na Ordem do Dia da matéria relacionada ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento foi retirado pelo autor.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Mas o autor sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa há requerimento de autoria do Deputado Caíto Quintana que requer a inversão da Ordem do Dia.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não se justifica a inversão da Ordem do Dia porque há uma presença substancial de Deputados aqui e, acho que nesse sentido, nós da bancada do PSDB, inclusive, os demais partidos da oposição se manifestam contrariamente à inversão da Ordem do Dia assim votaremos o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento depende de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram se levantar. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente,

solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão ordinária. - Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando Preferência de Discussão e Votação à Proposição n° 90/90, veto aposto ao Projeto de Lei n° 304/90, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Retirado pelo autor.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 349/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 132/88), que objetiva autorizar o Poder Executivo a, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, alienar os bens imóveis onde se acha instalada a Prisão Provisória de Curitiba, sita à Avenida Anita Garibaldi, 750, e que compreendem duas áreas conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 139, de 22.12.88, 1ª Discussão).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 159/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que cria o Município de DIAMANTE DO SUL, desmembrado do Município de Guaraniaçu. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 59, de 27.06.89).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 269/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de CAFEZAL, tendo como área os distritos de Cafezal, Guaiporã e Jangada, pertencentes ao Município de Iporã e o distrito de Cedro, pertencente ao Município de Umuarama. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N° 169/85

Art. 1° - Fica criado o município de CAFEZAL, desmembrado do Município de Iporã e parte do Município de Umuarama, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas e confrontações seguintes:

"Tem como ponto inicial a foz do Córrego Divisor ou Iretama, no Rio Xambrê, divisando com o Município de Pérola, pelo Rio Xambrê acima divisando com o Município de Xambrê, até a foz do Ribeirão Peroba, por este acima até a foz do Córrego Mari-za, por este acima até o prolongamento da Estrada Santa Inês (ou Estrada Divisora das Glebas 3 e 4), por esta até a Estrada Divisória ou Saltinho, por esta até a Estrada Dr. Saldanha ou Divisora; pela Es-

trada Divisora ou Dr. Saldanha até o Córrego Cantareira e por este rio acima até a foz do Córrego Iverã e por este até a estrada Uru, seguindo por esta até a cabeceira do Córrego Cassote; descendo por este até sua foz no Rio Jangada; pelo Rio Jangada acima até a ponte da Estrada Mosquito; pela Estrada Mosquito até a Estrada Divisa Byngton; pela Estrada Divisa Byngton até encontrar o Marco Zero, confrontando com a Estrada do Aeroporto; segue pela Estrada do Aeroporto até encontrar o Marco 12; ainda divisando com o Município de Iporã, deste ponto segue até o Marco 11, cravado às margens do Córrego Azulão; pelo referido Córrego abaixo até o Marco 10; deste ponto segue pela divisa de lotes até encontrar o Marco 9; deste ponto desce pelo Córrego divisor ou Iretama, até a sua Foz no Rio Xambrê".

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) NILTON BARBOSA

Apoiamento: JOÃO ARRUDA, ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA, WERNER WANDERER e ALGACI TÚLIO.

Sobre o projeto, há substitutivo geral de autoria do Deputado Anibal Khury, já aprovado em 2.^a Discussão.

Aprovado em 3.^a Discussão estará prejudicada a emenda substitutiva do Deputado Nilton Barbosa, apresentada na fase de 3.^a Discussão.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, conforme entendimento que tivemos com Vossa Excelência, autor do projeto que cria o Município de Cafezal do Sul, nós queremos deixar claro que futuramente haveremos de negociar as divisas do novo município.

Isto porque a nossa Emenda, de acordo com o Sr. Prefeito Municipal e demais lideranças políticas, sugeria inclusive mudanças de divisas, que abrangerá o novo Município de Catandaia do Sul.

Então, vamos aguardar para que, no futuro, possamos voltar a entrar neste entendimento e aceitemos as divisas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente, com a anotação de Vossa Excelência.

Os Deputados que aprovam a Emenda Substitutiva Geral do Deputado Anibal Khury, conservem-se como estão, sendo prejudicada a Emenda do Deputado Nilton Barbosa.

Em votação. Aprovada.

O projeto irá à Redação Final.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 161/89, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a

ASSOCIAÇÃO E OFICINA DE CARIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA, com sede e foro na cidade de Paranavaí. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 354/89, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a LEGIAO DA FRATERNIDADE, com sede e foro nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 085/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que revoga a Lei n° 9058/89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, para encaminhar.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Eu consultaria, como já o fiz pessoalmente, ao Deputado Hermas Brandão, da retirada da discussão do projeto, nesta sessão, para que possamos discutir, em Lideranças, com mais profundidade, a questão ora proposta.

O Deputado Hermas Brandão poderá colocar no final até. Nós temos, Srs. Deputados, Sr. Presidente, o Projeto de Lei n° 85/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei n° 9058/89, com parecer favorável de uma Comissão Geral da Assembléia. O que vale dizer que uma matéria de tamanha profundidade não foi analisada detalhadamente na Comissão Constitucional, na Comissão de Finanças, nas comissões pertinentes.

Se nós analisarmos a Lei n° 9058, ela é a lei que estipula os Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado, que o Estado pode emitir. E diz das aplicações destes títulos de dívida pública do Estado do Paraná, para a mais variada gama de emergências e necessidades prementes dentro de um Estado. Esta lei é perfeitamente regulamentada pelo Banco Central, pelo Sistema Financeiro Nacional. E a revogação desta lei, vai revogar, no seu conteúdo e na proposta do nobre Parlamentar, uma lei anterior, ficando a sua Emenda Substitutiva, apenas ela, em vigência.

Agora, eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Parlamentares, porque, além de um veto que estamos votando hoje, estamos votando matérias de profundo interesse do Estado do Paraná, que precisam ser analisadas na sua totalidade, para sabermos até onde nós estamos ajudando o Paraná e os

paranaenses, como um todo, nos seus mais variados programas de desenvolvimento social, de integração de sua comunidade, de melhorias das condições de vida daqueles mais carentes, mais necessitados do nosso Estado.

Quando o Estado do Paraná institui os seus títulos da dívida pública, o faz para colocar no mercado, em competitividade com as Letras do Tesouro Nacional, com as Letras dos demais Estados da Federação, a possibilidade de que o paranaense não tenha que comprar papel de dívida pública autorizado de outros Estados ou da Nação, quando pode fazer do seu próprio Estado, para seu desenvolvimento.

Agora, eu chamaria a atenção dos nobres Parlamentares, para a Emenda Substitutiva do Deputado Hermas Brandão, principalmente os Parlamentares que ocupam a tribuna costumeiramente para falar em benefício das ações sociais de Governo, de projetos que possam minimizar, com sua aplicação, as classes menos favorecidas, de projetos de governo que possam contemplar regiões mais carentes dentro do nosso Estado.

O que muda substancialmente na Emenda Substitutiva do Deputado Hermas Brandão? A Emenda Substitutiva diz, no seu art. 3º: "O produto, advindo das Letras do Tesouro, dos títulos da dívida pública do Paraná, será alocado exclusivamente ao Fundo do Desenvolvimento Econômico, FDE, instituído pela Lei n° 5015, para utilização e financiamento, por empréstimo, ao setor produtivo privado do Estado do Paraná".

No § 1º, "Os recursos arrecadados, em decorrência desta lei, serão emprestados, exclusivamente, a empresas localizadas no Estado, através do sistema oficial do Paraná".

Notem bem, não é a mesma lei, o Deputado Hermas Brandão, sutilmente, elimina a possibilidade de aplicação em qualquer outra atividade, a não ser via FDE, para empréstimo a empresas do Paraná, a empresários do Paraná. Nenhum outro programa social poderá ser custeado, se não for através do FDE, para empresas estabelecidas no território do Paraná, e isso conta muito para o paranaense que precisa desenvolver suas regiões, que têm programas para serem relacionados, para os companheiros que lutam com recursos no FDE, na Lei Complementar que está passando aqui, por exemplo, eu perguntaria ao nobre Deputado Pedro Tonelli, do PT, onde a Comissão dos Trabalhadores Sem-Terra, está lutando por um percentual em favor de assentamentos, para torná-los produtivos e de aquisição de áreas para colocar trabalhadores sem terra, o FDE já leva todos os recursos dos "royalties" do Paraná, aprovada a Emenda Substitutiva, do Deputado Hermas Brandão,

não será, possível colocação de recurso nenhum de letras do Tesouro do Estado, para nenhum projeto, a não ser para empresas genuinamente paranaenses.

Eu acho que ele tolhe a capacidade de investimento do Estado do Paraná, para projetos nos setores necessários do desenvolvimento social, por isso chamo a atenção dos Srs. Parlamentares, para que votemos contra a Emenda Substitutiva, permitindo que os títulos da dívida pública do Estado do Paraná, totalmente em consonância com as diretrizes do sistema financeiro nacional, e autorizados por este Poder, possam ser aplicados para os mais variados programas de assistência, de desenvolvimento regional, sem que eles sejam canalizados para o órgão chamado FDE, hoje alocados no Banco do Estado do Paraná, em decorrência da incorporação do BADEP, e que a exigência legal seja de que só possa ser emprestado para empresas do setor produtivo, do Estado do Paraná.

Fica aqui, ao testemunho desta platéia que está na Assembléia, a forma de votação de cada um de nós, porque eu acredito que o Paraná precisa de recursos, mas precisa de recursos para minimizar a capacidade de sofrimento de grande parcela do povo paranaense!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda Substitutiva. - Aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência colocasse em votação, parece-me que não houve tempo para a manifestação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A votação já foi feita. Vossa Excelência quer verificação de votação?

O SR. HERMAS BRANDAO (Pela Ordem) - Matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A matéria está aprovada.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 320/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE VIDA NOVA, com sede e foro nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 285/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que obriga os órgãos da administração direta, indireta, fundações e empresas de economia mista do Estado, a encaminhar ao exame e aprovação da Assembléia todo e qualquer ato que implique em

cessão, doação ou alienação, a qualquer título, de veículos, máquinas e equipamentos adquiridos para o seu uso ou cuja utilização deva ser por si administrada. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita às pessoas estranhas ao Plenário, que por favor aguardem nas laterais.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, rapidamente o encaminhamento.

O projeto de lei está chamando para a Assembléia através dos órgãos da administração direta, indireta, fundações, e empresas de economia do Estado, a encaminhar a exame e aprovação da Assembléia todo e qualquer ato que implique em cessão, doação ou alienação a qualquer tipo de veículos ou máquinas e equipamentos adquiridos para o seu uso, para utilização da administração.

A competência da Assembléia Legislativa está determinada no artigo 54, inciso 28, da Constituição do Estado do Paraná. Este dispositivo implica autorização da Assembléia Legislativa para bens imóveis do Estado.

A emenda do Deputado Hermas Brandão prejudica as Prefeituras do Estado do Paraná, no instante em que qualquer cessão, doação ou alienação tenha que passar por uma autorização da Assembléia Legislativa. Por que prejudica?

Prejudica porque a colocação ou o empréstimo de uma máquina que seja a um município, numa emergência do município, há uma cessão do Poder Público ao município. Qualquer colocação numa emergência, por exemplo, o Sudoeste neste instante está em calamidade, os bueiros, as pontes, as estradas estão destruídas. A Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná estará em audiência amanhã, pleiteando auxílio. Este auxílio pode ser financeiro, este auxílio pode ser através de madeirame para bueiro, este auxílio pode ser a cessão de máquinas do DER para que as prefeituras possam desempenhar um trabalho de correção da sua estrada.

Pois bem, se aprovada essa emenda vai depender de autorização da Assembléia Legislativa para qualquer cessão de máquina ou bem do Estado a outro órgão da administração.

Prejudica o andamento da administração pública do Estado do Paraná. Peço vênha aos Srs. Parlamentares, já que está em Terceira votação, que votemos contra o projeto, pois ele em nada ajuda a adminis-

tração pública do Estado, e além do mais as garantias, os direitos constitucionais da Assembléia Legislativa estão garantidos na Constituição e estão garantidos no Regimento Interno desta Casa.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar, com muita honra, na sessão de hoje, neste Plenário, a presença do nosso candidato a Governador, Sr. Henrique Pizzolato, que prestigia esta sessão e se faz presente, e desde já convidando a todas as forças democráticas e populares para que unamos as forças para ganhar o primeiro e segundo turnos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, nobres Pares.

O projeto do Deputado Hermas Brandão tem, sem dúvida alguma, um mérito que objetiva uma maior fiscalização sobre as doações dos veículos, especialmente dos veículos e mais do que máquinas e equipamentos rodoviários que são esporádicas as doações, já que o Estado quase não tem o que dar a ninguém.

Mas da argumentação do Deputado Caíto Quintana, líder da bancada situacionista, verifica-se que ele argumenta com razão quando diz da dificuldade, que toda a vez que tiver que mandar uma máquina; um veículo para uma entidade filantrópica ou para uma Prefeitura Municipal, terá que se consultar a Assembléia.

Eu voto contrariamente ao projeto, Sr. Presidente, porque acho que a Assembléia, já nos projetos de declaração de utilidade pública, de entidades filantrópicas, deveria fazer uma cessão única, evitando-se papéis, tramitação, que é muito onerosa; além disso, os próprios convênios celebrados entre o Governo do Estado com entidades do Governo Federal e outros órgãos, também é um entendimento meu que, provavelmente para o próximo Regimento Interno, esta Casa deva apreciar também esses convênios numa só discussão, numa só sessão.

Portanto, embora ressaltando mérito do Projeto do Deputado Hermas Brandão, também da mesma forma manifesto-me contrariamente à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão. - Aprovado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela ordem) - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Eu tinha solicitado para discutir antes da votação, Sr. Presidente.

Este Parlamentar, antes da votação, solicitou pedido de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai encaminhar a verificação de votação. Pede às pessoas estranhas ao Plenário, que aguardem nas galerias.

O SR. JOSÉ FELINTO - Sr. Presidente, é lamentável que o Parlamentar esta Casa apresente um projeto desta natureza.

Por aqui se aprova a utilidade pública de todas as entidades de assistência social, vem um Parlamentar dificultar o Governo do Estado e fazer doações a entidades filantrópicas que também pensa servir seu Governo, a responsabilidade da filantropia dessas entidades que procuram amenizar a situação sofrida do nosso povo. Esse Parlamentar vai votar contrariamente por entender que é incoerência desta Casa e dos Parlamentares se aprovarem tal medida; vindo assim a prejudicar centenas de entidades filantrópicas que prestam serviços ao nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem)
- Apenas para elucidar o Deputado José Felinto quando se preocupa com as entidades filantrópicas. Eu gostaria de registrar nesta Casa que as freirinhas ali do bairro Guabirotuba, que têm o albergue noturno para segurar doentes e levar ao Hospital Erasto Gaertner, Hospital de Clínicas, tinham uma Kombi cedida pelo Estado para fazer este trabalho. Pois bem! O Governador Álvaro Dias preocupado com a filantropia retirou a Kombi e deixou os doentes e as freiras a pé para levar os doentes ao Hospital Erasto Gaertner e ao Hospital de Clínicas. Aonde está a filantropia deste Governo que retira uma Kombi das freiras, que fazem a maior filantropia com os doentes, aquelas pessoas que precisam de locomoção porque já não se autocomovem dado a gravidade da doença.

O SR. JOSÉ FELINTO - Que Vossa Excelência é demagogo eu sabia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

26 Senhores Deputados aprovam. Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 16 Deputados. Está aprovado o projeto.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 70/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial Educacional e Cultural. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 203/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que denomina "Rodovia Telêmaco da Silva Quadros" trecho da rodovia PR-535, nos Municípios de Grandes Rios e Cândido de Abreu. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por tempo indeterminado do Projeto de Lei n.º 203/89. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por tempo indeterminado o Projeto de Lei n.º 203/89.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 223/89, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que doa data de terras a Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 290/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que fixa o prazo para entrega das parcelas aos municípios, da Conta de Participação do ICMS, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n.º 290/89. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei n.º 290/89.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 294/89, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação de Apoio Rural Manoel Moreira Pena, com sede e foro na cidade de Capane-ma - PR, conforme especifica. Com PARECER

FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 300/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de utilidade pública a Associação Projeto Vizinhança Beneficente dos Moradores do Bairro de Cima - APROVIZIN, com sede e foro nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 30/90, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná, regulamentando os artigos 212 e 213 da Constituição do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 30/90.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 3 (três) sessões o Projeto de Lei n° 30/90.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 57/90, de autoria da Comissão Executiva, que determina a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado José Felinto, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 49/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão e outros, que dispõe sobre a reserva, nos fóruns, presídios e delegacias de polícia, de dependências destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil, em função do exercício da atividade profissional. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 03, de 20.02.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 305/90, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que dispõe sobre o registro obrigatório, o licenciamento e a fiscalização dos estabelecimentos de hospedagem no Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 53, de 15.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 63/90, de autoria do Deputado João Arruda, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica para que a população decida sobre a criação do Município de Flor da Serra. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 61, de 28.05.90).

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 90/90,

VETO aposto ao Projeto de Lei n° 304/89, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia a professores que sofreram descontos por motivo de greve e proceder o devido ressarcimento.

OF/DIL/N° 128/90

Curitiba, 1° de junho de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 109/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1° do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 304/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que ficam sem efeito os atos, processos ou iniciativas que tenham gerado punições aos integrantes do Magistério e demais Servidores Públicos, em virtude da interrupção das atividades profissionais, através da decisão de seus trabalhadores, garantida a readmissão se for o caso, bem como prevê o ressarcimento aos servidores, num prazo de 10 dias da publicação da lei, incorrendo em crime de responsabilidade a autoridade que deixar de cumpri-la.

O não acolhimento ao projeto de lei em exame decorre do pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado que o considerou inconstitucional. Assim se manifestou aquele órgão:

"Na atual Constituição Federal, "e.g.", só o Presidente da República tem a iniciativa de leis que disponham sobre os servidores da União, vale dizer, é de exclusiva competência do Executivo (conforme Toshio Mukai, in "Administração Pública na Constituição de 1988", Ed. Saraiva, à página 80). É nessa linha a opinião de José Afonso da Silva (ob. cit., página 453), segundo o qual "ao princípio da iniciativa concorrente, a Constituição opõe algumas exceções em relação a determinadas matérias, estatuinto que é da competência exclusiva: I - do Presidente da República a iniciativa de leis que... disponham sobre... c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade...".

A Constituição Estadual em vigor, nessa mesma toada, dispõe no art. 66, que "ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: ...II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais milita-

res para a reserva;...".

Como se vê, em se tratando de leis que disponham sobre servidores públicos do Poder Executivo, a iniciativa escapa ao âmbito do art. 65 da Constituição Estadual no que dá titularidade de iniciativa a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos (iniciativa popular, do art. 67 da mesma Constituição).

Não se pode sustentar que o objeto do projeto em debate (tornar sem efeito atos, processos ou iniciativas que tenham gerado qualquer tipo de punição) encontra amparo no art. 54 da Constituição Estadual quando ali define a competência privativa da Assembléia Legislativa. Nem mesmo o projeto pode ser tomado no sentido que imprime o inciso XXVII daquele art. 54, quando atribui competência à Assembléia para sustar o ato normativo do Poder Executivo, o que, por óbvio, não é o caso uma vez que não se cogita de poder regulamentar ou delegado e sim do poder disciplinar.

Ademais, não tem guarida também o projeto no inciso XXVIII do mesmo art. 54, que trata da fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, porque, a uma, a fiscalização e controle devem ser exercidos pelos meios próprios constitucionalmente previstos, e, a duas, porque o Poder Legislativo não pode imiscuir-se na esfera de competência exclusiva do Executivo.

O caput do art. 66 da Constituição Estadual em comento, faz ressalvas à competência privativa do Governador do Estado quanto ao disposto na própria Constituição. Ainda que se trate de expressão relativamente indeterminada, não se encontra nessa ressalva situação apta a excluir a competência privativa de leis do Governador que cuidem de servidores públicos.

O fundamento de tal distinção está na própria separação de poderes e na legitimidade democrática de que tanto o Governador quanto os membros da Assembléia se revestem pelo exercício cívico do voto. A clássica separação dos poderes, independentes e harmônicos, impõe respeito aos limites constitucionais da competência. Trata-se, tão somente, de ratificar o pacto constitucional de repartição de competências decidido pelo próprio legislador em foro de constituinte.

Note-se, neste sentido, que o projeto, ao que parece, incorre em petição de princípio, pois, implicitamente, ao dirigir-se contra punições, parte do pressuposto de que tais ações, ao menos em tese, existem como regulares diante do direito. Assentado o direito de greve como direito fundamental de aplicação imediata, em toda a sua amplitude e conseqüências, a questão

toma outro norte. Essa matéria, contudo, não é tratada pelo Projeto, que preocupou-se com o conseqüente (punições) e não com o antecedente (exercício do direito de greve), e, por isso, torna desnecessária qualquer outra consideração.

Pelo visto, do que antes restou exposto, o projeto, em que pese superar inúmeros obstáculos jurídicos, esbarra irremediavelmente no art. 66, inciso II, da Constituição Estadual, pelo modo com que foi formulado, ingressando, em face da forma com que o seu teor restou articulado, na seara da competência privativa para tomar a iniciativa de leis atribuída ao Governador do Estado, pelos motivos e razões que "quantum satis" foram expostas.

A Procuradoria Geral do Estado asseverou, ainda que:

..."o tipo penal proposto pelo Projeto de Lei nº 304/89 tem como suporte a indiscriminada responsabilidade dos agentes públicos, inclusive do Governador do Estado. A inconstitucionalidade sob esse aspecto é flagrante, pois afronta os arts. 22, I, 85, parágrafo único, da Carta Magna e 88, parágrafo único, da Constituição Estadual;"...

e que: "...a paralisação da eficácia do poder disciplinar da Administração regulada pelos Estatutos do Funcionalismo Público Civil e do Magistério ora consubstanciada no anteprojeto constitui violação ao princípio da independência dos Poderes (CF, art. 2º, CE, art 7º e parágrafo único);"...

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

VETO.

Razões em separado.

Em 1º/06/90.

ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 304/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam sem efeito, a partir de 1º de janeiro de 1990 até a publicação da presente lei, todos os atos, processos ou iniciativas que tenham gerado qualquer tipo de punição aos integrantes do Magistério e demais Servidores Públicos do Estado do Paraná, em virtude da interrupção das atividades profissionais, através da decisão de seus trabalhadores, garantia a readmissão se for o caso.

Parágrafo Único - O Poder Executivo

providenciará mediante folha suplementar, os devidos ressarcimentos num prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 2º - A autoridade que deixar de cumprir o disposto nesta lei, incorrerá em crime de responsabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 10.05.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O Senhor Deputado Ferrari Júnior com a palavra.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Lê Parecer da Proposição 90/90, VETO, nos seguintes termos:

A proposição em tela, veta o Projeto de Lei nº 304/89, foi comunicada a esta Casa pelo Senhor Governador em 1º de junho, através do Ofício nº DTL/128/90, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Senhor Governador vetou o referido Projeto de Lei usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, III e § 1º, art. 71, ambos do Instituto Constitucional Estadual. O motivo exposto pelo Senhor Governador para o mencionado veto é a inconstitucionalidade do mesmo. As razões expostas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual é que o Projeto de Lei fere o art. 66 da Constituição Estadual no tocante a competência privativa do Governador em questão de servidores públicos, alegando o Senhor Governador que a iniciativa do mesmo foge a do art. 65 e que este não pode estar sustentado no art. 54 em relação à competência da Assembléia Legislativa com a devida sanção governamental e nem quanto à sustação de ato normativo do Poder Executivo (pois no caso o devido ato não se encontra no rol do poder regulamentar ou delegado, mas sim do poder disciplinar do mesmo) Arrazoa o Senhor Governador que além das razões expostas acima, o Projeto de Lei fere o Princípio Constitucional da Separação dos Poderes e afronta os artigos 22, II, 85, parágrafo único, da Constituição Federal e o art. 88, parágrafo único da Constituição Estadual, pois se trata de matéria de Direito Penal-de competência exclusiva da União-e que crime de responsabilidade só poderá ser definido em lei especial de âmbito federal.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
FERRARI JÚNIOR
Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação ao parecer. Os Senhores Deputados que aprovam o parecer conservem-se como estão. APROVADO.

A Mesa esclarece ao Plenário que para votação 90/90 veto apostado ao Projeto de Lei nº 304/89 adotará o disposto pelo parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná, ou seja, a votação será por escrutínio secreto. O Senhor 1º Secretário procederá à chamada dos Senhores Deputados para votação em número de duas vezes. Ao ser chamado o Deputado deverá dirigir-se a Mesa dos trabalhos onde receberá sobrecarta rubricada do Senhor 1º Secretário, após o que deverá dirigir-se à cabine indevassável localizada à direita da mesa onde em seu interior encontrará a cédula de votação contendo as expressões SIM ou NAO.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu pergunto a esta Presidência se a cabine será indevassável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A cabine é indevassável, o problema de votação é de cada um e da consciência de cada um. Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão manifestar-se votando com as cédulas que contenham a expressão: sim; os contrários à manutenção do veto deverão manifestar-se. Estou dizendo para as cédulas que contenham a expressão: não.

Após ter feito a sua opção de voto, o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositada na urna, que se encontra sobre a mesa.

A Presidência deseja salientar que, para rejeição do veto, com a conseqüente aprovação do projeto, será necessário que 28 Senhores Deputados votem não, conforme previsão da parte final do parágrafo 4º, do artigo 71, da Constituição Estadual.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal para votação. Deverão ser procedidas duas chamadas nominais. Qualquer impugnação deverá anteceder, atendendo ao estabelecido nos artigos 169, 131 do Código Eleitoral conforme decisão anteriormente adotada pela Mesa, ou seja, deverá ser formulada antes da proclamação do resultado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Declara-

ção de voto do Presidente da Assembléia.

Voto pela rejeição do veto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente. Solicito a consignação em Ata, da declaração de voto do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai consignar em Ata. Tem plena consciência do que está votando. O voto secreto não é para resguardar estes covardes.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, pela ordem.

Eu espero que Vossa Excelência, no relacionamento que sempre tivemos, não tenha destemperado a ponto de interpretar que este Parlamentar agisse alguma vez, de forma covarde. Apenas um registro de voto eu fiz, em pedido ao cumprimento da Constituição do Estado do Paraná, que diz que "o veto será feito em único escrutínio de forma secreta"; de forma secreta não há nem sequer mostragem de célula, nem sequer declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A declaração de voto sempre foi permitida nesta Casa. E, quando eu falei em covardia, eu não me referi a Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu tenho certeza que sim, porque minha posição sempre foi muito clara.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados, dando continuidade à votação.)

O SR. LUIZ ANTONIO SETTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria aqui transmitir ao Senhor e aos companheiros, que o Diretório do PTB solicitou aos seus Deputados aqui, a sua bancada, que votassem contra o veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação secreta do veto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Senhor Presidente, solicito que seja registrado que o Deputado Lindolfo Júnior está mostrando o seu voto antes de colocá-lo na urna.

(Prossegue a votação secreta)

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito que seja consignado em Ata que o voto do Deputado

Nereu Carlos Massignan não é voto secreto.

(Prossegue a votação secreta)

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) (Procede à chamada para votação) (Termina a chamada para votação)

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, apenas para esclarecer ao Plenário e aos demais presentes, a ausência da Deputada Irondi Pugliesi. Na tarde de ontem faleceu o Sr. Alberto Pugliesi, irmão do nosso companheiro Waldyr Pugliesi, portanto, cunhado da nossa Deputada. E a mesma, embora não nos tenha solicitado, sabemos que se encontra em Porto Alegre, acompanhando o féretro do seu parente falecido ontem, razão pela qual não pôde comparecer à sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Justificada a ausência da Deputada Irondi Pugliesi, segundo as palavras do Deputado Orlando Pessuti.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) - Presentes 47 Senhores Deputados. Ausentes, sete Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Designo uma comissão constituída dos Deputados Valderi Vilela, David Cheriegate, Nereu Massignan, Deputado Acir Mezzadri, Deputado Dirceu Manfrinato, Deputado Antônio Anibelli, Deputado Lindolfo Júnior, para constituírem a comissão escrutinadora.

A votação será anunciada de acordo com a transmissão do Congresso Nacional, um a um.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) - 16 (dezesesseis) votos SIM; 29 (vinte e nove) votos NÃO; e 01 (um) voto nulo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 47 (quarenta e sete) Senhores Deputados. Pela manutenção do veto 17 (dezesete) Deputados; um voto nulo. Pela rejeição ao veto (vinte e nove) Senhores Deputados. O veto está rejeitado.

De conformidade com o artigo 54 § 7º da Constituição Estadual, essa Presidência encaminhará ao Senhor Governador o projeto rejeitado para promulgação, se Sua Excelência não o devolver em 48 horas, será

promulgado pela Mesa.

A Mesa no intuito de dar a sua colaboração aos professores, quer fazer uma referência especial ao disposto na lei, que a anistia ou o perdão é até a data da publicação desta lei.

Deixo aos senhores professores, aos diretores, a conveniência ou não de voltarem ao trabalho. Mas fica bem esclarecido, que a anistia se refere até a publicação da lei, hoje graças a Deus, rejeitada pelo Plenário dessa Casa.

Vamos interromper a sessão, por cinco minutos, para que a Professora Isolde possa transmitir os seus agradecimentos à Assembléia.

SESSÃO SUSPENSA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

Esta Presidência, mais uma vez informa aos Senhores Professores, que a anistia, o perdão, é até a data da publicação da lei.

Repete: a anistia, o perdão, é até a data da publicação da lei, que deve ser feita dentro de 72 horas.

Sobre a mesa, requerimentos n°s 1540 e 1558, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1566, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- À Comissão Executiva, para apreciar.

Requerimento n° 1550, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1549, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1538, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1539, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1544, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1535, 1536 e 1537,

de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1555, 1556, 1557, 1559 e 1573, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1560 e 1561, de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1567, 1568, 1569 e 1570, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1562, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1563, de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1565, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1545 e 1546, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, José Alves e José Rogério Carvalho, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 248/88, 70/89, 223/89, 272/89, 294/89, 300/89 e do Projeto de Resolução n° 57/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 49/90, 305/90 e do Projeto de Resolução n° 63/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 377/89, dos Projetos de Lei n°s 335/89, 359/89, 110/90, 294/90, 296/90, 297/90, 321/90, 326/90, 329/90 e dos Projetos de Resolução n°s 32/90, 52/90, 54/90 e 69/90.

Levanta-se a sessão.